



PROGRAMA DE ENSINO

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO

Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Profissional

Políticas Públicas, Tributação e Desenvolvimento

Professor Dr. João Dácio Rolim

2024.2

EMENTA

O papel do tributo não como mero instrumento de arrecadação, mas como indutor do desenvolvimento e sua implementação é o tema central a ser desenvolvido nesta disciplina. Pretende-se, assim, oferecer aos estudantes a oportunidade de pensar a política pública e fiscal em perspectiva internacional e doméstica, mas sem prescindir da análise de temas pontualmente caros ao Direito Tributário.

METODOLOGIA

1. Participação em Aula

A participação nas aulas é fundamental, de modo que os alunos serão incentivados a opinar e debater os temas propostos. Espera-se, portanto, a preparação prévia às aulas através da leitura da bibliografia indicada, especialmente a obrigatória. Além desta, haverá a disponibilização no Google Drive de outras fontes facultativas, a fim de possibilitar o aprofundamento dos temas.

2. Seminários

- Os seminários serão, preferencialmente, individuais e deverão ser apresentados, conforme o cronograma disponibilizado, no mínimo em 50 minutos, não excedendo a 1 hora, seguido de mais debates por 10-15 minutos. Ao final das apresentações de todos teremos mais debates por 15 min relacionando todos os temas do dia.
- O aluno responsável pelo seminário deverá problematizar o tema proposto, a fim de estimular os subsequentes debates. Para tanto, as apresentações devem ser finalizadas com 3 a 5 perguntas a serem enfrentadas pelos demais alunos, sem prejuízo de outros questionamentos que venham a ser formulados por estes e/ou pelos professores.
- O uso de recursos audiovisuais, como Power Point, é altamente recomendável e será alvo de avaliação no conjunto da apresentação.
- O aluno responsável pelo seminário deverá enviar por e-mail ao professor, até a quarta-feira (13:00) da semana de sua apresentação, um roteiro contendo os pontos a serem apresentados ordenadamente e a respectiva bibliografia (1 lauda), além dos slides da apresentação, observando a necessária compatibilidade entre o número de slides e o tempo disponível. Este material será disponibilizado no google drive antes do seminário.
- O roteiro deve indicar de maneira clara e objetiva todo o conteúdo a ser enfrentado, servindo como guia da fala do aluno, de modo que todos possam saber previamente o





caminho que o apresentador pretende seguir.

- As perguntas propostas pelo aluno responsável pelo seminário deverão constar em seu roteiro.

AVALIAÇÃO

A nota do aluno na disciplina será composta por duas avaliações: (i) apresentação de seminários e participação em discussões (40% da nota), e (ii) entrega de um artigo de conclusão da disciplina, em até 30 dias após a última aula da disciplina (60% da nota).

AULA 1	TEMA DA AULA: INTRODUÇÃO – GLOBALIZAÇÃO E ORÇAMENTOS PÚBLICOS	10.08.2024
Temas abordados	1ª parte: <ul style="list-style-type: none">• Recepção de calouros, exposição sobre o programa do Mestrado Profissional do IBDT;• Apresentação da disciplina e organização de seminários. 2ª parte: <ul style="list-style-type: none">• Exposição do professor e debate: Arrecadação Tributária como Função Pública do Estado, Princípio Jurídico e Política Pública para o Desenvolvimento?	
Metodologia	Apresentação do curso. Distribuição de seminários	
Professores	João Dácio Rolim	
Responsáveis		
Leitura obrigatória	DAGAN, Tsilly. The tragic choices of tax policy in a globalized economy. In: BRAUNER, Y.; STEWART, M. (eds.). Tax, Law and Development. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2013, p. 57-76. AUERBACH, A.; SMETTERS, K. Tax reform in a changing economy. In: AUERBACH; SMETTERS (eds.). The economics of tax policy. New York: Oxford Press, 2017, p. 1-12. TANZI, Vito. Government Versus Markets: The Changing Economic Role of the State. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 92-106; 129-146. ROLIM, João Dácio. Arrecadação Tributária Seria um Princípio Jurídico? In. Reformas, Desenvolvimento Econômico e Políticas Tributárias: Estudos em comemoração ao centenário do nascimento do prof. Oliver Oldman, da Harvard Law School, 2021.	
Leitura complementar	-*-	



AULA 2	TEMA DA AULA: TEORIAS DO ABUSO NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: DOMÉSTICO E INTERNACIONAL	24.08.2024
Temas abordados	<p>Tema 1: GAAR, TAAR e SAAR: modelos de doméstico e dificuldades.</p> <p>Tema 2: A adoção de cláusulas PPT nos acordos de bitributação: sempre benéficas aos países?</p> <p>Tema 3: Combate ao planejamento tributário internacional por meio de decisões administrativas e judiciais</p>	
Metodologia	-*-	
Professores	João Dácio Rolim	
Responsáveis		
Leitura obrigatória	<p>Tema 1: ELLIFFE, Craig; VIKRAM, Chand. The Interaction of Domestic Anti-Avoidance Rules with Tax Treaties in the Post-BEPS and DigitalizedWorld. Bulletin for International Taxation, v. 74, n. 4/5, 2020.</p> <p>Tema 2: DANON, Robert J. The PPT in Post-BEPS Tax Treaty Law: It Is a GAAR but Just a GAAR! Bulletin for International Taxation, v. 74,n. 4/5, mar./2020. ROLIM, João Dácio. Is there any international fundamental rightagainst an international general anti-avoidance rule? In: BREDERODE, Robert F. van (ed.). Ethics and Taxation. Springer,2020.</p> <p>Tema 3: DANON, Robert; MALEK, Benjamin. Swiss Supreme Court Refers to the CJEU “Danish cases” in Outbound Dividend Case Involving the Swiss-EU Savings Agreement. Kluwer International Tax Blog, 23 de julho de 2020.</p> <p>CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS. Acórdãos nos 9303010.058 e 9303010.059 (casos Petrobrás), 21 de janeiro de 2020</p>	
Leitura complementar	<p>Tema 1: BURGERS, Irene; MOSQUERA VALDERRAMA, Irma. Review of Anti-AvoidanceMeasures of a General Nature and Scope – General Anti-Avoidance Rules and OtherMeasures. Bulletin for International Taxation, v. 73, n. 10, 2019.</p> <p>FURUSETH, Eivind. The Interpretation of Tax Treaties in Relation to DomesticGAARs. Amsterdam: IBFD, 2018, p. 235-250.</p> <p>FREEDMAN, Judith. Designing a General Anti-Abuse Rule: Striking a Balance. Asia-Pacific Tax Bulletin, n. 20, p. 167-173, mai./jun. 2014.</p> <p>LITWIŃCZUK, Hanna; TETŁAK, Karolina. Controversies around the</p>	



Introduction of a General Anti-Avoidance Rule in Poland. In: ESSERS, Peter; JOCHUM, Heike; LANG, Michael; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. Caso Hornbach-Baumarkt (C-382/16), 31 de maio de 2018.

TRIBUNAL FEDERAL DAS FINANÇAS (BUNDESFINANZHOF) DA ALEMANHA. Decisão I R 20/2015, 14 de dezembro de 2015 (em alemão).

WINKELJOHANN, Norbert; WIMAN, Bertil (eds.). Practical Problems in European and International Tax Law. Essays in Honour of Manfred Mössner. Amsterdam:IBFD, 2016.

Tema 2:

BÁEZ MORENO, Andrés. GAARs and Treaties: From the Guiding Principle to the Principal Purpose Test. What Have We Gained from BEPS Action 6? Intertax, v. 45, n.6-7, p. 432-446, 2017.

MOREIRA, Clara Gomes; SCHOUERI, Luís Eduardo. Abuso dos Acordos de Bitributação e Teste do Objetivo Principal: Repensando o teste do objetivo principal à luz da segurança jurídica. In: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo; OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de; MACEDO, Marco Antônio Ferreira (coords.). Direitos Fundamentais e Estado Fiscal: Estudos em Homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres. Salvador: lusPodium, 2019

VIKRAM, Chand. The interaction of the PPT with treaty and domestic anti-avoidance rules. Intertax, v. 46, n. 2, 2018.

Tema 3:

GALDINO, Guilherme; SCHOUERI, Luís Eduardo. Brazil: Personal Scope in Brazilian Tax Treaties: Treaty Shopping. In: KEMMEREN, Eric C.C.M. et al. (eds.). Tax Treaty Case Law around the Globe 2018. Amsterdam: IBFD, 2019.

SEILER, Markus. GAARS and Judicial Anti-Avoidance in Germany, the UK and the EU. Wien: Linde, 2016, p. 11-76.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. C-115/16, C-118/16, C-119/16 e C-299/16, 26 de fevereiro de 2019.

CONSEIL D'ÉTAT. Caso Société Bank of Scotland (Decisão no 283314) (em francês), 29 de dezembro de 2006.



AULA 3	TEMA DA AULA: TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PARA ONDE CAMINHAMOS?	21.09.2024
Temas abordados	Seminários Tema 1: Tributação e desenvolvimento econômico dos países (cf. platform for collaboration on tax, OCDE) Tema 2: Tributação e redução das desigualdades sociais Tema 3: Tributação e desenvolvimento econômico sustentável (cf. environmental taxation, OCDE)	
Metodologia	-*-	
Professores	João Dácio Rolim	
Responsáveis		
Leitura obrigatória	Tema 1: OECD. Tax Co-operation for Development Progress Report. 2020. STEWART, Miranda. Redistribution between Rich and Poor Countries. Bulletin for International Taxation, v. 72, n. 4/5, 2018. Tema 2: EUROPEAN PARLIAMENT. Gender equality and taxation policies in the EU. 2019. PIKETTY, Thomas. O Capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 480-500. Tema 3: FABRA, Adriana; MACKENZIE, Ruth; PEEL, Jacqueline; SANDS, Philippe. Principles of International Environmental Law. 3.ed. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 206-217. OECD. Taxing Energy Use 2019: Using Taxes for Climate Action. 2019.	
Leitura complementar	Tema 1: BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. Why Do Developing Countries Tax So Little? Journal of Economic Perspectives, v. 28, n. 4, p. 99-120, 2014. STIGLITZ, Joseph E. Development-Oriented Tax Policy. In: GORDON, Roger H (ed.). Taxation in Developing countries: six case studies and policy implications. New York: Columbia University Press, 2010. Tema 2: POLICY DEPARTMENT FOR CITIZENS' RIGHTS AND CONSTITUTIONAL AFFAIRS. Gender equality and taxation in the European Union. 2017. VANISTENDAEL, Frans. Adapting Tax Systems to Economic and Social Development. Asia-Pacific Tax Bulletin, p. 4-14, jan.-fev./2008. Tema 3: PITRONE, Federica. Environmental taxation: a legal perspective. 2014. (capítulo I) IMF POLICY PAPER. Fiscal policies for Paris climate strategies – from principle to practice. 2019.	



AULA 4	TEMA DA AULA: REPENSANDO OS LIMITES DA SOBERANIA FISCAL	05.10.2024
Temas abordados	Seminários Tema 1: Concepção moderna de soberania fiscal: quais são as suas dificuldades? Tema 2: Existe um regime tributário internacional? Tema 3: Soberania fiscal e a convenção modelo da OCDE e a da ONU: fonte versus residência. Elementos de conexão e o poder de tributar: mudanças na atualidade	
Metodologia	-*-	
Professores	João Dácio Rolim.	
Responsáveis		
Leitura obrigatória	BRAUNER, Yariv. The True Nature of Tax Treaties. Bulletin for International Taxation, v. 74, n. 1, 2020.	
Leitura complementar	OZAI, Ivan. Institutional and Structural Legitimacy Deficits in the International Tax Regime. World Tax Journal, v. 12, n. 1, 2020. MAGALHÃES, Tarcisio Diniz. What Is Really Wrong with Global Tax Governance and How to Properly Fix It. World Tax Journal, v. 10, n. 4, 2018.	

AULA 5	AULA TEMA: COORDENAÇÃO E CONCORRÊNCIA TRIBUTÁRIA INTERNACIONAL - I	19.10.2024
Temas abordados	Seminários Tema 1: Projeto BEPS e a entrada no Brasil na OCDE e questões controversas (exceto Pilar 1 e 2). Tema 2: Projeto BEPS e a adoção do Pilar 1 e 2 pelo Brasil. Tema 3: Incentivos fiscais e World Trade Organization: o caso brasileiro	
Metodologia	-*-	
Professores	João Dácio Rolim	
Responsáveis		
Leitura obrigatória	GALENDI JÚNIOR, Ricardo André; SCHOUERI, Luís Eduardo. Challenges to Brazilian Transfer Pricing Rules upon Accession to the OECD. International Transfer Pricing Journal, v. 26, n. 6, 2019. Gormsen, Liza Lovdahl European State Aid and Tax Rulings, 2019, Elgar (introduction).	



	<p>Wilson, John D, Tax Havens in a World of Competing Countries, Institut-Leibniz-Institut für Wirtschaftsforschung an der Universität München, München, Vol. 12, Iss. 4, pp. 32-39, 2014.</p> <p>Mihir A. Desai, C. Fritz Foley, and James R. Hines Jr., Do Tax Havens Divert Economic Activity? University of Michigan and division of research at harvard university.</p>
Leitura complementar	<p>GALENDI JÚNIOR, Ricardo André; SCHOUERI, Luís Eduardo. Interpretative and Policy Challenges Following the OECD Multilateral Instrument (2016) from a Brazilian Perspective. Bulletin for International Taxation, v. 71, n. 6, 2017.</p> <p>SCHÖN, Wolfgang. International Tax Coordination for a Second-Best World (Part I). World Tax Journal, v. 1, n. 1, 2009.</p> <p>SCHÖN, Wolfgang. International Tax Coordination for a Second-Best World (Part II). World Tax Journal, v. 2, n. 1, 2010.</p> <p>SCHÖN, Wolfgang. International Tax Coordination for a Second-Best World (Part III). World Tax Journal, v. 2, n. 3, 2010.</p>

AULA 6	TEMA DA AULA: COORDENAÇÃO INTERNACIONAL E CONCORRÊNCIA TRIBUTÁRIA INTERNACIONAL - II	09.11.2024
Temas abordados	<p>Seminários:</p> <p>Tema 1: Multilateral Convention to Implement Tax Treaty Related Measures to Prevent BEPS (MLI) MAP (Mutual Agreement Procedure) e Arbitragem</p> <p>Tema 2: Fiscalização internacional conjunta, troca de informações e direitos dos contribuintes</p> <p>Tema 3: Por que combater os paraísos fiscais e os regimes de tributação favorecidas?</p>	
Metodologia	-*-	
Professores	João Dácio Rolim	
Responsáveis		
Leitura obrigatória	<p>Tema 1:</p> <p>BRAVO, Natalie. Mandatory Binding Arbitration in the BEPS Multilateral Instrument. Intertax, 2019.</p> <p>Tema 2:</p> <p>GARCIA, Ana Carolina; ROLIM, João Dácio. O Caso Sabou e Caso Janyr. Direito de defesa dos contribuintes no contexto da troca de informações internacional em matéria tributária. [pendente de publicação]</p> <p>ČIČIN-ŠAIN, Nevia; EHRKE-RABEL, Tina; ENGLISCH, Joachim. Joint Audits: Applicable Law and Taxpayer Rights. World Tax Journal, v. 10, n. 4, 2018.</p> <p>Tema 3:</p>	



	<p>DESAI, Mihir A.; FOLEY, C. Fritz; HINES JR., James R. Do Tax Havens Divert Economic Activity? Ross School of Business Paper No. 1024, 2005.</p> <p>The International Tax Co-operation (Economic Substance) Law de Cayman Islands (2020).</p> <p>WILSON, John D. Tax Havens in a World of Competing Countries. CESifo DICE Report, v.12, n. 4, p. 32-39, 2014.</p>
Leitura complementar	<p>Tema 1:</p> <p>GALENDI JÚNIOR, Ricardo André; SCHOUERI, Luís Eduardo. Interpretative and Policy Challenges Following the OECD Multilateral Instrument (2016) from a Brazilian Perspective. Bulletin for International Taxation, v. 71, n.6, 2017.</p> <p>GOVIND, Sriram; TURCAN, Laura. Cross-Border Tax Dispute Resolution in the 21st century: A Comparative Study of Existing Bilateral and Multilateral Remedies. Derivatives & Financial Instruments, v. 19, n. 5, 2017.</p> <p>OWENS, Jeffrey. Mandatory Tax Arbitration: The Next Frontier Issue. Intertax, v. 46, p. 610- 619, 2018.</p> <p>Tema 2:</p> <p>BAKER, Philip; PISTONE, Pasquale. BEPS Action 16: The Taxpayers' Right to an Effective Legal Remedy Under European Law in Cross-Border Situations. EC Tax Review, n. 5-6, p. 335-345, 2016. ECJ. Caso Sabou (C-276/12).</p> <p>ROCHA, Sergio André. Exchange of Tax-Related Information and the Protection of Taxpayer Rights: General Comments and the Brazilian Perspective. Bulletin for International Taxation, v. 70, n. 9, 2016.</p> <p>WÖHRER, Victoria. Data Protection and Taxpayers' Rights: Challenges Created by Automatic Exchange of Information. Amsterdam: IBFD, 2018, p. 171-198</p> <p>Tema 3:</p> <p>COBHAMB, Alex; JONESA, Chris; TEMOURIA, Yama. Tax haven networks and the role of the Big 4 accountancy firms. Journal of World Business, v. 53, p. 177–193, 2018.</p> <p>SACHXSON, Nicola. Tackling Tax Havens. Finance & Development, v. 56, n. 3, set./2019</p>



AULA 7	TEMA DA AULA: TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO, O PATRIMÔNIO E A HERANÇA	23.11.2024
Temas abordados	Seminários Tema 1: Regressividade e progressividade sobre o consumo: direito comparado. Tema 2: Tributação sobre a propriedade: direito comparado. Tema 3: Tributação sobre heranças: direito comparado.	
Metodologia	-*-	
Professores	João Dácio Rolim	
Responsáveis		
Leitura obrigatória	SCHOUERI, Luís Eduardo. Por um imposto sobre o consumo. Disponível em: https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2021/07/20/porumimp-osto-sobre-o-consumo.ghml Barro, Jorge. 2017. Are Consumption Taxes Really Regressive? Issue brief no. 11.30.17. Rice University's Baker Institute for Public Policy, Houston, Texas. BACHAS, Pierre; GADENNE, Lucie; JENSEN, Anders. Can taxes on consumption help reduce inequality? Disponível em: https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/can-taxesconsumptionhelp-reduce-inequality EBRILL, Liam; KEEN, Michael; BODIN, Jean-Paul; SUMMERS, Victoria. The modern VAT. Washington D.C: International Monetary Fund, 2001, pp. 1-14; 105-112.	
Leitura complementar	-*-	

AULA 8	TEMA DA AULA : DIREITOS E DEVERES DOS CONTRIBUENTES	07.12.2024
Temas abordados	Seminários Tema 1: Há sentido em falar em direitos universais dos contribuintes? Quais seriam os direitos mínimos (substanciais e processuais) dos contribuintes? Direitos universais coletivos dos contribuintes e direitos universais individuais dos contribuintes: há sentido nessa classificação? Tema 2: Dificuldades em dar uma dimensão internacional para direitos de escopo doméstico: o caso do princípio da capacidade contributiva Tema 3: ESG (Environment, Social and Governance), Standards Internacionais e Domésticos como Política Pública e seus Reflexos Tributários.	



Metodologia	-*-
Professores	João Dácio Rolim
Responsáveis	
Leitura obrigatória	<p>Temas 1 e 2:</p> <p>Utz, Stephen, "Ability to Pay" (2002). Faculty Articles and Papers. 133. https://opencommons.uconn.edu/law_papers/133</p> <p>KOKOTT, Juliane. Taxpayers' Rights. European Taxation, v. 60, n. 1, 2020.</p> <p>ČIČIN-ŠAIN, Nevia; EHRKE-RABEL, Tina; ENGLISCH, Joachim. Joint Audits: Applicable Law and Taxpayer Rights. World Tax Journal, v. 10, n. 4, 2018.</p> <p>P. BAKER e P. PISTONE General Report do Congresso Internacional da IFA – International Fiscal Association, 2015</p> <p>ROLIM, João Dácio. Proportionality and Fair Taxation (Chapter 3, sections 3.2.5, 3.2.6, 3.2.7)</p> <p>Tema 3:</p> <p>http://kluwertaxblog.com/2022/01/21/the-esg-standardsalphabet-soup-a-new-headache-for-tax-experts/</p> <p>https://www.globalreporting.org/standards/media/2482/gri-207-tax-2019.pdf</p> <p>MARTINS, Humberto. Environmental, social and corporate governance: uma abordagem à luz da análise econômica do direito. In: A evolução do direito no século XXI: seus princípios e valores (ESG, liberdade, regulação, igualdade e segurança jurídica): homenagem ao professor Arnoldo Wald. São Paulo: IASP, 2022, v. 3, p. 627-643.</p> <p>BARRETO, Rodrigo Moreno Paz. ESG e a tutela constitucional da sustentabilidade. 2021 80 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Nove de Julho, Faculdade de Direito. São Paulo, 2021.</p> <p>THE GLOBAL COMPACT. Who cares wins: connecting financial markets to a changing world. United Nations Department of Public Information, dez. 2004.</p> <p>GARCIA, Alexandre Sanches. Associações entre desempenhos financeiro e socioambiental: um estudo das circunstâncias em que vale a pena ser verde. 2017. 138 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2017.</p>
Leitura complementar	-*-



PROFESSORES

Professor Dr. João Dácio Rolim

Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional Comparado e Desenvolvimento do IBDT. PhD pela Queen Mary University of London em Tributação Internacional, Direitos Humanos Internacionais e Comércio Internacional. Doutor em Direito Público Tributário pela UFMG. LLM em Direito Internacional Tributário e Europeu pela London School of Economics & Political Science. Advogado graduado pela FADUSP (Faculdade de Direito da USP). Ex-Consultor da UNECA (United Nations Economic Commission for Africa). Sócio do escritório Rolim, Viotti, Goulart & Cardoso Advogados.

Contatos: 011-3723-7300, 021 997728754

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Secretaria Acadêmica do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111

secretaria@ibdt.org.br

Biblioteca do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105

E-mail: biblioteca@ibdt.org.br e biblioteca2@ibdt.org.br

CORPO DIRETIVO

Ricardo Mariz de Oliveira
Presidente do IBDT

Prof. Dr. Luís Eduardo Schoueri
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Dr. Luís Flávio Neto
Coordenador Acadêmico

Prof. Dra. Isabel Garcia Calich da Fonseca
Prof. Dr. Roberto Codorniz Leite Pereira
Coordenadores Assistentes

